



**CERCITOP – Cooperativa de
Empreendedorismo para o
Desenvolvimento Económico e
Social de Todo o País, CRL**

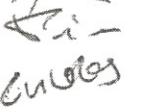
Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2015

Relatório de Gestão da Administração

EXERCÍCIO DE 2015





No cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Administração da CERCITOP, CRL submete à apreciação dos senhores Cooperantes o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

As actividades do exercício de 2015 são as que constam no Relatório de Actividades.

A Administração salienta mais uma vez o bom resultado de 2015 que vem na sequência de igualmente bons resultados que se têm vindo a verificar desde há vários anos. A actividade da Cercitop em 2015 voltou novamente a aumentar com a celebração de um aditamento de acordo para mais 10 camas em cuidados continuados.

Relativamente a riscos e incertezas quanto ao futuro, estes prendem-se sobretudo com o aumento da TSU para as IPSS, previsível novo aumento do salário mínimo nacional e a não actualização das comparticipações do Estado nas diversas valências em que a Cercitop opera e ainda, uma cada vez maior exigência do Estado em termos de quantidade de recursos humanos a afectar às unidades de cuidados continuados e ao envio de doentes com casos cada vez mais complexos do ponto de vista clínico e que não deveriam ser enviados para unidades de cuidados continuados, situação que sobrecarrega os profissionais e aumenta brutalmente os custos de funcionamento.

Em 2015 procedeu-se a um aumento do Capital Social em mais 100.000€, de forma a cumprir os requisitos legais para ter o alvará de transporte de passageiros – uma nova actividade da cooperativa que se prevê traga bons resultados.

O exercício de 2015, apresenta um resultado líquido positivo de 409.170,42€ (quatrocentos e nove mil cento e setenta euros e quarenta e dois cêntimos), conforme demonstração de resultados anexa.

Os indicadores financeiros relativos no final de 2015 são os seguintes:

Indicador	2015	2014	Situação mínima ideal
Solvabilidade	4,44	2,80	>1,3
Capacidade Endividamento	90,42%	80,63%	>60%
Autonomia Financeira	81,61%	73,65%	>30%

PROPOSTA DE APLICACÃO DOS RESULTADOS

A Administração propõe à Assembleia que o Resultado Líquido do Exercício, seja transferido para a conta de Reservas dividido da seguinte forma:

Reservas Obrigatórias - 25.000,00 euros

Fundo de Reserva para Educação e Formação - 20.000,00 euros

Reservas livres - 364.170,42 euros

Prevê-se que para o ano de 2016 a Cercitop possa aumentar a sua actividade nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros bem como no apoio a pessoas com deficiência, prevendo-se que ao nível dos resultados estes sejam semelhantes aos de 2015 e anos anteriores.

Sintra, 6 de Maio de 2016

A Administração

Zé de Bandas

Isabel Costa

Maria Leonor Pires Mendes

Constância Eugénia Corvello

Conde Manisa Batelha Bettencourt Vilela

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo.....	9
1. Identificação da Entidade.....	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5. Activos Fixos Tangíveis.....	15
6. Locações.....	16
7. Custos de Empréstimos Obtidos	16
8. Inventários	17
9. Rédito	17
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
11. Benefícios dos empregados	18
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
13. Outras Informações.....	19
13.1. Investimentos Financeiros	19
13.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	19
13.3. Clientes e Utentes	20
13.4. Outras contas a receber.....	20
13.5. Diferimentos	21
13.6. Caixa e Depósitos Bancários	21
13.7. Fundos Patrimoniais.....	21
13.8. Fornecedores	22
13.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	22
13.10. Outras Contas a Pagar.....	22
13.11. Fornecimentos e serviços externos	23
13.12. Outros rendimentos e ganhos	23
13.13. Outros gastos e perdas	23
13.14. Resultados Financeiros	24
13.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	24

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5.686.482,78	5.992.872,11
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	13.1	110.342,05	34.028,96
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		5.796.824,83	6.026.901,07
Activo corrente			
Inventários	8	10.424,71	7.472,84
Clientes	13.3	246.407,73	373.617,92
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	13.9	24.342,16	3.916,45
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	13.2		271,00
Outras contas a receber	13.4	206.791,91	237.159,33
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13.6	491.851,29	544.016,50
Subtotal		979.817,80	1.166.454,04
Total do activo		6.776.642,63	7.193.355,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	105.553,87	5.088,87
Excedentes técnicos			
Reservas	13.7	2.794.172,44	2.469.040,02
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização	13.7	2.221.266,06	2.398.698,81
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do período	13.7	5.120.992,37	4.872.827,70
Total do fundo do capital		409.170,42	425.132,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	585.714,31	1.272.072,29
Outras contas a pagar			
Subtotal		585.714,31	1.272.072,29
Passivo corrente			
Fornecedores	13.8	79.875,72	112.558,04
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	13.9	87.600,58	69.378,76
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	7	120.767,50	83.097,48
Diferimentos	13.5		7,00
Outras contas a pagar	13.10	372.521,73	358.281,42
Outros passivos financeiros			
Subtotal		660.765,53	623.322,70
Total do passivo		1.246.479,84	1.895.394,99
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.776.642,63	7.193.355,11

Sintra, 5 de maio 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO - 38941

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	9	1.512.316,63	1.442.091,92
Subsídios, doações e legados à exploração		4.327.029,45	4.150.022,58
ISS,IP - Centros Distritais	10	2.583.449,16	2.518.241,22
Outros	10	1.743.580,29	1.631.781,36
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-458.853,74	-474.111,94
Fornecimentos e serviços externos	13.11	-1.720.592,01	-1.666.489,20
Gastos com o pessoal	11	-2.961.180,13	-2.698.488,08
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.3	2.641,01	8.121,79
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.12	277.672,07	258.200,02
Outros gastos e perdas	13.13	-61.109,87	-39.705,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		917.923,41	979.641,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-485.530,33	-509.173,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		432.393,08	470.468,29
Juros e rendimentos similares obtidos	13.14	567,35	454,34
Juros e gastos similares suportados	13.14	-23.790,01	-45.790,21
Resultados antes de impostos		409.170,42	425.132,42
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		409.170,42	425.132,42

Sintra, 5 de maio 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO - 38941



A ADMINISTRAÇÃO

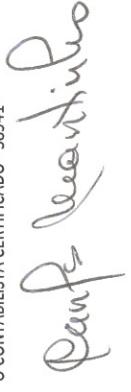


Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015	PERÍODOS												
	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	CAO	SAD	LAR.RES.	INTERV. PRECOCE	NEE	CLINICA	ULDW TELHAL	UMDR ALGUEIRÃO	CANTINAS SOCIAIS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	9,10	1.018.546,21	732.393,69	806.926,94	186.547,99	310.736,22	353.113,58	535.738,85	1.469.014,74	203.577,86	222.750,00	5.839.346,08	5.592.114,50
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	-91.770,74	-68.828,06	-68.369,21	-2.294,27	-2.294,27	-27.990,08	-94.523,87	-8.718,22	-91.770,75	-458.853,74	-474.111,94	
Resultado bruto	926.775,47	663.565,63	738.557,73	184.253,72	308.441,95	350.819,31	507.748,77	1.374.490,87	194.859,64	130.979,25	5.380.492,34	5.118.002,56	
Outros rendimentos	13,12	28.295,42	17.889,49	117.309,66	13.883,60	8.594,26	36.361,47	50.773,28	7.205,90	-14.952,40	-280.313,08	266.321,81	
Gastos de distribuição	13,13	-32.205,19	-24.843,99	-32.665,24	-3.404,52	-4.600,94	-4.600,74	-89.070,32	-8.741,40	-230.037,14	-230.990,22		
Gastos administrativos	11	-556.701,87	-358.302,80	-510.803,57	-162.864,91	-281.312,11	-74.029,50	-384.953,42	-521.167,70	-111.044,25	-2.961.180,13	-2.698.488,08	
Gastos de investigação e desenvolvimento													
Outros gastos	13,13	-316.239,43	-242.364,87	-322.175,58	-29.954,06	-37.704,95	-65.020,42	-148.494,60	-691.326,48	-87.028,60	-96.886,08	-2.037.195,07	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	49.924,40	55.943,46	-9.777,00	1.913,83	-15.176,05	215.762,91	-4.290,18	123.699,65	-4.748,71	19.140,77	432.393,08	470.468,29	
Gastos de financiamento (líquidos)	13,14	-724,66	-543,50	-5.777,30				-5.233,80	-9.516,00	-1.427,40		-23.222,66	
Resultados antes de impostos	49.199,74	55.399,96	-15.554,30	1.913,83	-15.176,05	215.762,91	-9.523,98	114.183,65	-6.176,11	19.140,77	409.170,42	425.132,42	
Imposto sobre o rendimento do período													
Resultado líquido do período	49.199,74	55.399,96	-15.554,30	1.913,83	-15.176,05	215.762,91	-9.523,98	114.183,65	-6.176,11	19.140,77	409.170,42	425.132,42	

Sintra, 5 de maio 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO - 38941



Pedro Martílio

ADMINISTRAÇÃO



José Pedro Dascal

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2014

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização		Interesses minoritários
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1.13.7	4.863,87		1.946.462,62		96.490,29	2.507.642,96	4.981.546,85	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeria adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	2.13.7			426.087,11			(108.944,15)	(426.087,11)	(108.944,15)
Ajustamentos por impostos diferidos				426.087,11			-	(108.944,15)	(426.087,11)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.13.7						425.132,42	425.132,42	425.132,42
4=2+3							425.132,42	316.188,27	316.188,27
RESULTADO EXTENSIVO									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos	13.7	225,00						225,00	225,00
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2014	6=1+2+3+4	13.7	5.088,87	2.372.549,73	-	96.490,29	2.398.698,81	425.132,42	5.297.960,12

Sintra, 5 de maio 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO - 38941

A ADMINISTRAÇÃO




Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais					
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	13.7	5.088,87	-	2.372.549,73	-	96.490,29	-	2.398.698,81	425.132,42	5.297.960,12	-	5.297.960,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	13.7	100.000,00	325.132,42					(177.432,75)	(425.132,42)	(177.432,75)	(177.432,75)	(177.432,75)	
Ajustamentos por impostos diferidos	7	100.000,00	-	325.132,42	-	-	-	(177.432,75)	(425.132,42)	(177.432,75)	-	(177.432,75)	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	13.7							409.170,42	409.170,42	409.170,42	409.170,42	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								409.170,42	231.737,67	-	231.737,67	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos	13.7	465,00							465,00			465,00	
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6+7+8+10	13.7	105.553,87	-	2.697.682,15	-	96.490,29	-	2.221.266,06	409.170,42	5.530.162,79	-	5.530.162,79

Sintra, 5 de maio 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO - 38941

A ADMINISTRAÇÃO

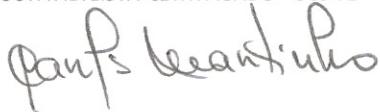



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	9.10	3.556.698,89	3.607.231,83
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	13.8	2.215.445,80	2.117.237,08
Pagamentos ao pessoal	11	2.940.389,90	2.647.116,71
Caixa gerada pelas operações		-1.599.136,81	-1.157.121,96
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2.322.898,72	2.141.319,04
Outros recebimentos/pagamentos		723.761,91	984.197,08
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5	183.923,97	460.768,74
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	13.1	100.000,00	10.230,37
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	5	3,00	1,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	13.1	12.752,46	
Outros activos			
Subsídios ao investimento	13.4	167.152,01	20.000,00
Juros e rendimentos similares	13.14	567,35	454,34
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-103.449,15	-450.543,77
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7	37.670,02	500.000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	686.357,98	536.494,07
Juros e gastos similares	13.14	23.790,01	45.790,21
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-672.477,97	-82.284,28
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-52.165,21	451.369,03
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.6	544.016,50	92.647,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.6	491.851,29	544.016,50

Sintra, 5 de maio 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO - 38941



A ADMINISTRAÇÃO



Anexo

1. Identificação da Entidade

A CERCITOP – COOPERATIVA DE EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE TODO O PAÍS, CRL, é uma instituição particular sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Cooperativa, com sede na Rua Vale de S. Martinho, nº 1 em Sintra, Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa, com o capital social mínimo variável de cento e cinco mil euros, com numero de Pessoa Colectiva 504 187 368 e com o NISS 20004859352. A Instituição é uma cooperativa de solidariedade social equiparada a uma IPSS, que desenvolve a sua actividade principal na área social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1.1. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

[Handwritten signatures]

3.1.2. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.3. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que ocorrem, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.



 Pan
 José
 \$
 (Signature)

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	7

A Instituição revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as mesmas encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Instituição tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Instituição adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

(assinatura)

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Instituição estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Caio
Góis

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.





4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostram os aumentos, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações e foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	335.551,68	58.581,74	-	-	-	394.133,42
Edifícios e outras construções	5.842.156,57		-		-	5.842.156,57
Equipamento básico	818.023,51	96.505,19	-		-	914.528,70
Equipamento de transporte	449.152,00	299.061,51	(33.424,17)	-	-	714.789,34
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	349.199,75	10.629,19	-	-	-	359.828,94
Outros activos fixos tangíveis	130.962,44	3.357,90	-		-	134.320,34
Total	7.925.045,95	468.135,53	(33.424,17)	-	-	8.359.757,31
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	736.323,12	210.181,69	-	-	-	946.504,81
Equipamento básico	549.671,79	113.701,37	-	-	-	663.373,16
Equipamento de transporte	334.798,47	125.328,76	(33.424,17)	-	-	426.703,06
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	234.344,25	54.945,74	-	-	-	289.289,99
Outros activos fixos tangíveis	35.998,32	5.015,86	-	-	-	41.014,18
Total	1.891.135,95	509.173,42	(33.424,17)	-	-	2.366.885,20
Total Líquido	6.033.910,00					5.992.872,11

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	394.133,42		-	-	-	394.133,42
Edifícios e outras construções	5.842.156,57	59.830,73	-	-	-	5.901.987,30
Equipamento básico	914.528,70	42.599,30	-	-	-	957.128,00
Equipamento de transporte	714.789,34	11.000,00	(48.329,12)	-	-	677.460,22
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	359.828,94	7.296,50	-	-	-	367.125,44
Outros activos fixos tangíveis	134.320,34	58.414,47	-	-	-	192.734,81
Total	8.359.757,31	179.141,00	(48.329,12)	-	-	8.490.569,19
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	946.504,81	216.165,40	-	-	-	1.162.670,21
Equipamento básico	663.373,16	117.937,26	-	-	-	781.310,42
Equipamento de transporte	426.703,06	107.653,20	(48.329,12)	-	-	486.027,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	289.289,99	43.549,65	-	-	-	332.839,64
Outros activos fixos tangíveis	41.014,18	224,82	-	-	-	41.239,00
Total	2.366.885,20	485.530,33	(48.329,12)	-	-	2.804.086,41
Total Líquido	5.992.872,11					5.686.482,78

6. Locações

Não existem contratos de locação financeira em vigor.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	585.714,31	585.714,31		1.272.072,29	1.272.072,29
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	120.767,50	-	120.767,50	83.097,48	-	83.097,48
Total	120.767,50	585.714,31	706.481,81	83.097,48	1.272.072,29	1.355.169,77

Em 31 de Dezembro de 2015, os planos de reembolso da dívida da Instituição, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Empréstimos Bancários

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até umano	292.199,50	12.255,96	304.455,46	83.097,48	10.650,69	93.748,17
De uma cinco anos	414.282,31	19.729,71	434.012,02	1.272.072,29	70.552,44	1.342.624,73
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	706.481,81	31.985,67	738.467,48	1.355.169,77	81.208,13	1.436.372,90



8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Redes classificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2014	Compras	Redes classificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2015
Mercadorias	-	2.607,77	-	675,89	1.840,59	-	2.440,72
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.442,55	474.534,46	-	6.796,95	459.965,02	-	7.983,99
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.442,55	477.142,23	-	7.472,84	461.805,61	-	10.424,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				474.111,94			458.853,74

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 7.934,09€;
- Matérias de Consumo: 49,90€.

9. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	2.634,63	3.520,75
Prestação de Serviços - Isentos Iva	1.509.682,00	1.438.571,17
Quotas dos utilizadores	1.488.866,54	1.430.266,76
Quotas e Joias	1.016,00	798,00
Prestação de Serviços - Sujeitos a Iva	19.799,46	7.506,41
Total	1.512.316,63	1.442.091,92

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e de “Subsidios de outras entidades”:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo	4.241.444,64	4.087.470,75
ISS,IP - Centros Distritais	2.583.449,16	2.518.241,22
Ministério da Saude	1.347.259,26	1.278.680,05
Ministério da Educação	310.736,22	290.549,48
Subsídios de outras entidades	85.584,81	62.551,83
Camara Municipal de Sintra	5.000,00	5.000,00
Junta Freguesia Massmá	4.008,00	4.008,00
IEFP	76.576,81	53.543,83
Total	4.327.029,45	4.150.022,58



11. Benefícios dos empregados

Os Orgãos directivos da Instituição não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição, em 2015 e 2014 foi de 189 e 166, respectivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.412.911,42	2.192.595,92
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	15.605,87	11.900,61
Encargos sobre as Remunerações	448.383,69	398.049,54
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.230,16	17.257,68
Gastos de Acção Social	2.438,72	2.914,58
Outros Gastos com o Pessoal	65.610,27	75.769,75
Total	2.961.180,13	2.698.488,08

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 172-A/2014 artigo 18º nº 3, A instituição apresenta os seguintes Indicadores Económicos-Financeiros:

- a) Solvabilidade de 4,44;
- b) Capacidade de endividamento de 90,42 %;
- c) Autonomia financeira de 81,61 %;
- d) A Rendibilidade líquida da atividade foi positiva, nos três últimos anos económicos.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o período de 2015, foi de 4.800,00 euros , acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

13. Outras Informações

Em Assembleia Geral realizada a vinte e oito de Novembro, foi aprovado por unanimidade a alteração dos Estatutos da Instituição, de forma a adaptá-los à Lei 119/2015 que aprova alterações de grande significado no Código Cooperativo, bem como se aprovou o aumento do Fundo Patrimonial em 100.000 euros, por incorporação de Reservas livres, de forma a dotar a Instituição, das condições mínimas legais para obtenção de autorização de Licenciamento e Alvará de Transporte de Passageiros com e sem deficiência.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

A Instituição participa a 100% no capital da sociedade TourismForAll – Unipessoal, Lda, contribuinte nº 510 809 766, com o capital social de 150.000 euros, que está inserida no sector do turismo vocacionada para o incoming de pessoas com deficiência.

Nos períodos de 2015 e 2014, a Instituição detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	105.263,32	24.485,61
Valor de Aquisição	150.000,00	50.000,00
Método de Equivalência Patrimonial	(44.736,68)	(30.266,85)
Empréstimos concedidos		4.752,46
Investimentos noutras empresas	-	8.000,00
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos		8.000,00
Outros Investimentos Financeiros	5.078,73	1.543,35
Outros	5.078,73	1.543,35
Total	110.342,05	34.028,96

13.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Activo		
Quotas	-	271,00
Perdas por imparidade	-	-
Total	-	271,00

13.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c	231.418,18	355.767,36
Clientes	-	-
Utentes	231.418,18	355.767,36
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	(14.989,55)	(17.850,56)
Clientes	-	-
Utentes	(14.989,55)	(17.850,56)
Total	246.407,73	373.617,92

A antiguidade dos saldos da conta de clientes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
90 dias	226.236,44	347.875,82
180 dias	5.181,74	7.891,54
360 dias	-	-
> 360 dias	14.989,55	17.850,56
Total	246.407,73	373.617,92

No período de 2015 e 2014, foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2014
Clientes	-	-
Utentes	2.641,01	8.121,79
Total	2.641,01	8.121,79

13.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Outros Devedores	206.791,91	237.159,33
Perdas por Imparidade	-	-
Total	206.791,91	237.159,33



 dae
 31/12/2015

13.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Rendimentos a reconhecer		
Quotas		7,00
...		-
Total	-	7,00

13.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	12.418,39	8.991,61
Depósitos à ordem	266.932,90	410.024,89
Depósitos a prazo	212.500,00	125.000,00
Outros	-	-
Total	491.851,29	544.016,50

13.7. Fundos Patrimoniais

Procedeu-se ao aumento do Fundo Patrimonial em 100.000 euros, por incorporação de Reservas livres, de forma a dotar a Instituição, das condições mínimas legais para obtenção de autorização de Licenciamento e Alvará de Transporte de Passageiros com e sem deficiência.

A conta das outras variações nos fundos patrimoniais, foi reduzida pela imputação dos Subsídios ao Investimento.

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	5.088,87	100.465,00	-	105.553,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	2.469.040,02	425.132,42	(100.000,00)	2.794.172,44
Resultados transitados	-			-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.398.698,81		(177.432,75)	2.221.266,06
Total	4.872.827,70	525.597,42	(277.432,75)	5.120.992,37

13.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	79.875,72	112.558,04
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	79.875,72	112.558,04

A antiguidade dos saldos da conta de Fornecedores, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
90 dias	79.875,72	112.558,04
180 dias		
360 dias		
> 360 dias		
Total	79.875,72	112.558,04

13.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	24.342,16	3.916,45
Total	24.342,16	3.916,45
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	897,57	942,23
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	32.298,61	22.958,24
Segurança Social	54.404,40	45.478,29
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	87.600,58	69.378,76

O valor das retenções de IR e da Segurança Social, foi liquidado em janeiro e o valor do IVA em Fevereiro.

13.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	354.740,33	-	333.602,96
Remunerações a pagar	-	354.740,33	-	333.602,96
Fornecedores de Investimentos	-	3.131,02	-	5.176,35
Outros credores	-	14.650,38	-	19.502,11
Total	-	372.521,73	-	358.281,42

Na rubrica do Pessoal, o valor mencionado corresponde às remunerações a pagar, referentes a férias e subsídio de férias de 2015, devidas em 2016,

Nos Outros Credores, estão incluídos os saldos credores das contas de Clientes, das Remunerações a pagar e dos Outros Credores.

13.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	217.083,11	290.797,21
Serviços especializados	547.705,60	504.082,23
Materiais	78.174,34	64.372,19
Energia e fluidos	278.224,30	261.881,16
Deslocações, estadas e transportes	120.878,01	113.517,77
Serviços diversos (*)	478.526,65	431.838,64
Encargo de saúde com utentes	282.934,49	234.950,33
Limpeza, higiene e conforto	71.754,30	63.377,04
Rendas e Alugueres	62.354,22	62.867,49
Total	1.720.592,01	1.666.489,20

13.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.907,72	3.679,39
Recuperação de dívidas a receber		8.121,79
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.880,85	246.398,84
Outros rendimentos e ganhos	272.883,50	
Total	277.672,07	258.200,02

Na rubrica dos Outros rendimentos e ganhos, estão incluídos os valores de 177.432,75 referente ao subsídio ao investimento imputado no ano, bem como donativos no valor de 32.322,89 euros.

13.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	6.693,32	3.404,61
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	14.469,83	22.352,37
Gastos e perdas investimentos não financeiros		1.200,37
Outros Gastos e Perdas	39.946,72	12.748,03
Total	61.109,87	39.705,38

Os valores com maior relevância, incluídos nos outros gastos e perdas, correspondem às correcções relativas a períodos anteriores no montante de 11.121,01, aos Donativos de 16.040,00 e aos apoios concedidos a Utentes no valor de 3.204,10

13.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	23.790,01	45.790,21
Total	23.790,01	45.790,21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	567,35	454,34
Total	567,35	454,34
Resultados financeiros	(23.222,66)	(45.335,87)

13.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014, foram aprovadas em Assembleia Geral no dia 13 de junho de 2015.

Sintra, 5 de maio de 2016

O Contabilista Certificado - 38941

A ADMINISTRAÇÃO

Carlo Pantelis

José Pando
Castelo Branco

129
23 DEZ. 2016
PCM

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **CERCITOP – Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico e Social de Todo o País, CRL.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 6.776.643 euros e um total de fundo de capital de 5.530.163 euros, incluindo um resultado líquido de 409.170 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no fundo patrimonial e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no fundo patrimonial e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **CERCITOP – Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico e Social de Todo o País, CRL.**, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no fundo patrimonial e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 12 de maio de 2016



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, Lda.
Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos